

A PRÁTICA REFLEXIVA EM PESQUISAS COM FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA

Heloisa Szymanski
PUCSP

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar dois exemplos de prática reflexiva em pesquisa qualitativa a partir da descrição do processo de devolução dos dados aos participantes de duas pesquisas desenvolvidas com famílias de baixa renda, moradoras da periferia de São Paulo. A análise que orientou a reflexão sobre os resultados segue uma proposta hermenêutica. A devolução constituiu-se em um importante momento da pesquisa que ensejou a utilização do sociodrama e a elaboração de um recurso de entrevista coletiva. Possibilitou aos participantes uma reflexão mais aprofundada sobre as questões envolvidas na pesquisa, definindo o caráter de intervenção do processo de pesquisa.

Abstract

This article presents two examples of a reflexive practice developed in two qualitative studies carried out with low socioeconomic level families. It describes the process of informing the participants about the results of the research. The data analysis followed a hermeneutic model. The process of informing the participants afforded an opportunity to apply sociodramatic techniques and to develop new procedures of collective interview. Also, the families could deepen their reflexion on the issues considered during the research, and that defined the research as intervenient.

INTRODUÇÃO

“Não há nada de real na vida que não o seja porque se descreveu bem”.
Fernando Pessoa¹

Este artigo objetiva apresentar, para reflexão, um recorte do momento final de duas pesquisas realizadas com famílias de baixa renda, moradoras na periferia de São Paulo, definido como “devolução dos resultados aos participantes”. Serão apresentadas brevemente as duas pesquisas, a teoria que embasou a análise e os procedimentos de devolução da mesma para os participantes.

A volta para os participantes, depois de terminada formalmente a pesquisa, caracterizou o que se chamou de prática reflexiva, pois teve como objetivo apresentar/refletir a compreensão do pesquisador aos participantes acerca do fenômeno estudado e provocar neles um processo de reflexão sobre os resultados. Foi também um momento de validação do conhecimento produzido pelo pesquisador a partir da análise da narrativa de experiências daquelas pessoas que colaboraram com sua pesquisa.

Antes de focalizar os procedimentos de devolução dos dados será apresentado um quadro geral da proposta metodológica que orientou os trabalhos de pesquisa. Foi o referencial

¹ Fernando Pessoa Livro do Desassossego. São Paulo: Companhia da Letras, 1999, P.63.

fenomenológico existencial para o pesquisar/agir que orientou esse pesquisar, segundo o desafio proposto por Heidegger (1966, p.60) quando afirma : “...”. *Investigar é o querer saber esclarecido acima: a re-solução de abrir-se a um poder suportar a manifestação do ente*”

Trazendo essa reflexão para a pesquisa psicológica e educacional, pode-se interpretar o pesquisar como uma resolução de abertura para a manifestação do fenômeno tal como ele se mostra, ou, “suportar” a manifestação dos entes, sem enquadrá-los em concepções prévias, sejam teóricas, sejam do senso comum. Estas últimas podem estar sujeitas a vieses de gênero, classe social ou geracional, que muitas vezes passam despercebidas pelo pesquisador. Um exemplo é a imposição de idéias pré-concebidas em relação às famílias das camadas empobrecidas da população, consideradas como “inconseqüentes” no seu cuidado com os filhos.

O querer saber envolve a disposição de colocar-se diante do fenômeno, aberto à sua manifestação e consciente dos “filtros” pelos quais muitas vezes impomos ao mesmo. Não se trata de buscar uma neutralidade impossível, mas de ter consciência das limitações de cada um na apreensão do significado daquilo que se compreende.

Pode-se também compreender esse querer saber como criar a oportunidade para esse mostrar-se e abrir-se para um poder aprender. O poder aprender realiza-se com mais facilidade quando há uma abertura para as diversas possibilidades de manifestação do fenômeno. Isto traz algumas conseqüências metodológicas quanto à constituição da situação de pesquisa. Daí, nessa perspectiva, privilegiarem-se procedimentos de pesquisa que permitam a ampla expressão por parte dos participantes, o que não exclui a possibilidade de foco em aspectos específicos do mesmo, com a utilização de instrumentos que limitem a informação a itens específicos, quando possível. Têm-se como possibilidades a utilização de encontros grupais, entrevistas reflexivas (Szymanski, 2001), observação participante, estudos de caso e história de vida, registro de experiências. Chambers(1997) faz uma extensa lista de atividades que podem ser desenvolvidas em projetos que envolvem a participação ativa da população: dar à populações oportunidades de construir seus próprios registros (mapas, diagramas, histórias); chamar os especialistas da comunidade para ensinar suas habilidades; elaboração de mapas e registros demográficos e dos recursos da comunidade e fora dela; elaboração da linha do tempo e análise de mudanças; análise das diferenças; planejamento participativo (p. 117-119).

Como o querer saber significa abrir-se para o poder aprender, compreendido como “suportar a manifestação do ente”, estão presentes as trocas intersubjetivas entre pesquisadores e participantes, que têm um papel ativo na mesma. Nesse processo há a co-construção de significados, sendo fundamental a compreensão da perspectiva do outro na situação de escuta. Assim sendo, a condição de intervenção, em vez de ser obstáculo, passa a ser constitutiva da pesquisa. Deve, entretanto, estar sujeita à ética das áreas de saúde, educação e serviço social, exigindo conhecimentos teóricos e metodológicos da prática de pesquisa naquelas áreas, tendo-se em mente sempre que as pessoas diante do pesquisador e são prioritariamente objeto de cuidado e nunca um “objeto” de pesquisa. Como pesquisa, exige rigor metodológico e conhecimento teórico e tem a finalidade de contribuir para o conhecimento científico das áreas envolvidas. Trata-se de criar condições para o *poder aprender*, muito diferente da concepção de possuir um saber, pois este não é objeto de posse.

Metodologicamente, o trabalho caracteriza-se como pesquisa intervenção participante, tendo na reflexão a sua condição proeminente. Espera-se promover um tipo de participação que inclua “... um sentimento de que os indivíduos têm valor e são necessários para alguém, quando percebem sua própria contribuição, e que têm um lugar na sociedade, que são úteis e valorizados por alguém” (Gohn, 2001, p. 28). Aquela ocorre desde o planejamento das atividades, percorre os procedimentos, a análise e está presente na devolução dos resultados para os participantes. Supõe uma troca contínua e desde a proposição de uma mudança, definida em consenso, até a implementação das propostas segundo uma prática reflexiva. Propõe-se criar um espaço de interlocução, de escuta atenta, de reflexão, decisão compartilhada, ação, avaliação. E desenvolvimento de consciência.

Como diz Paulo Freire (1970):

“A consciência é essa misteriosa e contraditória capacidade que tem o homem de distanciar-se das coisas para fazê-las presentes, imediatamente presentes.[...] Absorvido pelo meio natural, [o homem] responde a estímulos; o êxito de suas respostas mede-se por sua maior ou menor adaptação: naturaliza-se. Despedado de seu meio vital, por virtude da consciência, enfrenta as coisas, objetivando-as, e enfrenta-se com elas, que deixam de ser simples estímulos, para se tornarem desafios. ... [A consciência volta-se] reflexivamente sobre tais situações e momentos, para julga-los e julgar-se. Por isto é capaz de crítica. A reflexividade é a raiz da objetivação” (p.14).

AS PESQUISAS

a) A primeira delas (Gomes Szymanski, 1988) objetivava estudar o significado de “família” e teve como procedimento a realização de cinco entrevistas abertas domiciliares com famílias, em um bairro da periferia de São Paulo.

O primeiro trabalho de organização dos resultados resultou na seleção de unidades de significados, que se mostraram à pesquisadora como a primeira compreensão dos fenômenos estudados. As unidades, já mesmo no processo de definição começam a agrupar-se em aglomerados significativos, que se denomina, agora, constelações.

Na elaboração de constelações de significados, denominação preferível à de categorias, há tão somente uma organização da compreensão do pesquisador, que pode assumir as mais diferentes formas, variando de analista para analista. À semelhança de um céu estrelado, várias constelações podem ser delineadas. Consta que os índios guaranis vêem outras configurações de nosso céu e definem outras constelações, como “Tamanduá”, “Pote de Mel”. Índios do Xingu nomeiam inclusive os vácuos, onde não se vê nenhuma estrela e usam outros referenciais para se orientarem pelas estrelas e definirem seu calendário (Silva, 2003)

Para se compreender a escolha da denominação “constelação” para o agrupamento dos dados, por analogia com o agrupamento de estrelas, pode-se fazer uma comparação com as constelações celestes. Segundo informa Gleiser (2003), estas são uma ilusão, segundo a qual, acreditamos serem próximas estrelas que estão, na verdade, separadas por milhares de anos-luz... O que percebemos da Terra é a projeção das estrelas no céu, que, na nossa perspectiva, aparenta ser uma cúpula bidimensional. “O efeito ocorre porque, às vezes, as estrelas mais distantes são também as mais luminosas e aparentam estar mais perto do que na realidade estão” (p.7). Também o movimento das estrelas é uma ilusão, já que quem se movimenta somos nós. “É importante refletirmos um pouco sobre onde estamos neste vasto Universo. A nossa visão do céu é produto dos vários movimentos da Terra [...]” (p.7).

Voltando à nossa analogia e considerando a citação acima, podemos dizer que é importante refletirmos sobre onde estamos nesse vasto universo de possibilidades de interpretações. Assim como um céu pode ser desenhado de mil maneiras, assim os fenômenos. É o que a epoché nos ensina. É preciso saber em que lugar nos encontramos, de que lugar falamos, pois nossa compreensão é circunstancial, é situada. Voltando para o céu estrelado, podemos constatar que todos concordam que aquele aglomerado se chama Cruzeiro do Sul, e todos vão atrás da Intrometida. Aquele outro, Órion, o caçador com seu punhal e a belas Três Marias formando seu cinturão. E seu punhal e seus cães... Concordância geral... a respeito de uma ilusão.

Voltando à epígrafe, “Não há nada de real na vida que não o seja porque se descreveu bem”, podemos perceber que uma boa descrição é fiel a uma compreensão e plausível para o interlocutor, em especial para aqueles que se situam no mesmo “hemisfério”. Pessoa também nos ensina que o real se constitui na comunicação, o real como fenômeno e não como objeto. Assim, o

que se pretende é esclarecer que as constelações referem-se não a uma entidade “externa” objetivada, mas à compreensão que temos do que se nos desvela.

Essa organização da compreensão permite que o fenômeno se desvele. “Fenômeno (de onde a fenomenologia também retira o seu nome) é o ente mostrando-se. E ente nenhum *pode ser* se não realizar essa função. Os entes mostram-se como fenômenos, fenomênicamente”. (Critelli, 1996,p.55), sendo que o ocultamento faz parte do mostrar-se. Critelli(1996) nos lembra que a luz que permite o desvelamento do fenômeno “... é constituída pelo ente mesmo e pelo olhar que se institui como sua clareira” (p.67). A compreensão do fenômeno, posta em linguagem, permite a emergência do sentido, entendido como rumo, direção (Critelli,1996). Os gregos não criaram uma bela história para facilitar a “organização” da abóbada celeste? Para Hermann (2002) a hermenêutica “... tem como problema fundamental a busca de sentido e a interpretação” (p.25) , na consideração do todo que é o fenômeno, de uma pré-compreensão que inclui pré-conceitos superando a separação sujeito objeto e do contínuo movimento de ocultamento e desocultação.

Esse procedimento de análise levou à proposição de duas grandes constelações na pesquisa que ora se descreve. A primeira, à qual se deu o nome de “família pensada”, desvelou-se como o modelo que servia de referência à consideração da segunda, que refletia a experiência das pessoas, no decorrer de sua vida, denominada “família vivida”. Nesse processo, a “pensada” tornava-se um parâmetro tanto para a avaliação da adequação da “vivida” como para a construção de projetos futuros, além de seus valores serem a base para educação dos filhos.

A pesquisa, formalmente, terminara aqui, mas, na proposta reflexiva, havia a necessidade de apresentar esse quadro conceptual aos participantes da pesquisa, como forma de validar a interpretação que expressava a compreensão da pesquisadora..

Surgiu, porém, uma questão.; Como transmitir essas informações para um grupo de pessoas de baixa escolaridade e pouco habituadas a passar horas numa discussão de temas teóricos? Como organizar a devolução, de forma a obter a sua participação efetiva na consideração dos achados da pesquisa?

Decidiu-se por uma atividade em grupo, pois o quadro conceptual refletia uma constante encontrada em todas as famílias estudadas. Tal atividade deveria possibilitar a comunicação verbal, a expressão de sentimentos e emoções, além de refletir a experiência de viver em família, viabilizando a emergência tanto da “família pensada” como da “vivida”, reveladas pela análise das entrevistas.

O sociodrama apareceu como método privilegiado para efetivar aquele encontro desejado com as famílias, com vista à “...explicitação do modelo de família [subjacente à sua vivência] , de suas “teorias” sobre o tema e expressão da vivência de seu cotidiano familiar” (Szymanski, 1997, p.59)

A situação proposta na devolução dos resultados foi a dramatização de uma cena da vida cotidiana, conhecida por todos os participantes, numa seqüência construída espontaneamente, “como se” fosse efetivamente a vivida fora daquela situação. Além da vivência, os recursos desse método permitiram acesso à compreensão dos atores sobre a situação de suas emoções e sentimentos.

Num primeiro momento, foi sugerido que os pais se imaginassem jovens, numa fase muito anterior ao casamento, num encontro em que compartilhassem seus sonhos para o futuro. Esperava-se que expressassem a “família pensada” nessa atividade, o que efetivamente ocorreu. “Nesse jogo pôde-se perceber as expectativas de cada uma, sentimentos, valores e crenças com relação à família e casamento: amor, compreensão, respeito, harmonia, valorização do trabalho, entre outros”(ibid. p.59).

Solicitou-se, a seguir, que representassem, numa imagem composta por eles mesmos, a família que pretendiam constituir. O resultado foi uma “família” formada pelos pais, muitos filhos, parentela e compadres. Aquela imagem refletia o modelo nuclear, de base patriarcal, denunciando a origem rural do grupo estudado. Os sentimentos valores e crenças associados a ela pelos

protagonistas, correspondiam aos detectados na análise dos dados e que foram sintetizados na noção de ‘família pensada’. Com isso, uma parte de nossa devolução estava cumprida.

Em seguida, pediu-se que se desse vida a essa imagem, representando uma cena do cotidiano. “Sentimentos, expectativas, preconceitos iam tomando forma nas ações dos atores. O clima anterior, de amor e compreensão, foi dando lugar à impaciência, incompreensão, principalmente com crianças e adolescentes. Os compadres e vizinhança passaram a ser invasivos, e o pai modelo, trabalhador, deu lugar a uma pessoa ausente e autoritária. Os conflitos eram resolvidos pela força” (Szymanski, 1997,p.63).

Nos comentários, evidenciou-se sua perplexidade diante da distorção das propostas originais anteriores ao casamento. Pôde-se, dessa forma, chegar à noção de “família vivida”. Perceberam, entretanto, que não precisavam olhar o seu “vivido” como um destino inexorável, e que as distorções, em especial aquelas devidas às dificuldades de comunicação poderiam ser mudadas.

A devolução foi uma situação de aprendizagem para todos: a noção de que a família vivida era percebida como um destino imutável foi detectada pela pesquisadora apenas na situação de devolução, e, para eles, a presença de um modelo de família e de suas modificações, além da possibilidade de mudança, era uma perspectiva nova que se configurava naquele momento e representava uma tomada de consciência. Essas considerações apontam para a condição de intervenção e de geração de conhecimento presentes nesse tipo de procedimento e atingiram os objetivos de dar a conhecer os resultados analisados e apresentá-los para consideração e reflexão.

b) O segundo exemplo de devolução foi utilizado no projeto “Práticas Educativas na Família e Creche e a Constituição da Identidade”², que tinha por objetivo, num primeiro momento, identificar as práticas educativas familiares utilizadas por famílias de baixa renda, e em que sentido poderiam estar interferindo no processo de constituição da identidade de seus filhos.

Foram entrevistadas oito famílias, e a análise dos dados seguiu a mesma perspectiva hermenêutica da pesquisa anterior, tendo sido agrupados em cinco constelações, a saber: (1) Atividades educativas; (2) Atividades disciplinares; (3) Justificativas; (4) Comportamentos desejáveis das crianças; (5) Comportamentos indesejáveis das crianças. A interpretação desses dados mostrou qual o sentido que permeava as práticas, ou seja, o de assegurar a obediência dos filhos pelo temor da força disciplinadora dos pais, que tinham, na violência física, seu instrumento mais eficiente e legitimado.

As práticas violentas eram a forma compreendida por eles para evitar que tendências anti-sociais se desenvolvessem. Seu propósito educativo visava, em primeiro lugar, garantir o afastamento dos filhos de uma condição social desviante para, em seguida, pensar na sua inserção no mundo. Chamou-se a esse processo de “estratégia de constituição de identidade negativa”, porque se focalizava, antes, o ‘não ser’ desviante e não a positividade de “ser” alguém na sociedade.

Da mesma maneira que na pesquisa anterior, deparou-se com conceitos complexos, embora outro fato fosse preocupante: a situação de devolução iria expô-los como pais que se utilizavam da violência contra seus filhos, uma condição que sabiam não ser desejável, tanto que sempre justificavam suas práticas agressivas, alegando serem o melhor caminho para se obter o respeito e obediência e evitar a marginalidade. Além disso, era também uma informação de impacto mostrar-lhes que, segundo nossa compreensão, seus filhos eram vistos por eles, primeiro, como seres que precisavam ser reprimidos por suas tendências anti-sociais, para depois serem preparados para se tornarem membros aceitos da sociedade.

Com esses cuidados em mente, elaborou-se a devolutiva tomando-se as constelações(4), comportamentos desejáveis das crianças, e (5), comportamentos indesejáveis das crianças,

² Projeto em andamento – Bolsa PQ- CNPq

transformando-as em quadros a partir de fotos tiradas de outras crianças que viviam em comunidades semelhantes, tendo-se o cuidado de não as identificar.

Na entrevista coletiva, organizou-se uma situação de jogo, para que os pais visualizassem os comportamentos desejáveis e indesejáveis dos filhos. Na discussão dos quadros, as demais categorias emergiram, o que validou nossa interpretação. Esse momento foi enriquecido pela participação das crianças que, nas entrevistas individuais, pouco se manifestaram. Acrescentaram novos dados, como a tolerância dos pais a comportamentos que, para os pesquisadores, foram considerados indesejáveis. Igualmente, a violência das práticas disciplinares se desvelou como mais intensa do que a forma amenizada em que foram apresentadas nas entrevistas familiares.

A entrevista coletiva deu-se num clima muito cordial, apesar da explicitação referente aos dados da pesquisa e exposição das conseqüências de práticas violentas e autoritárias na constituição da identidade dos filhos. Ao final, os pais tomaram conhecimento de nossa pesquisa e alguns perceberam a necessidade e solicitaram um trabalho conjunto com a equipe da universidade, no sentido de implementarem-se práticas educativas que promovessem o desenvolvimento de seus filhos.

Para os pesquisadores, ficou o reconhecimento de que a violência nas práticas educativas, além de ter raízes na tradição dessa camada social, está associada a fatores sociais e culturais mais amplos, à questão de gênero e de modelos familiares. Por outro lado verificou-se uma disposição para a mudança, associada ao processo de desenvolvimento de consciência propiciado pela devolução dos resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esses exemplos, pretendeu-se apontar para diferentes modos de organização de uma situação de devolução, dependendo das características dos participantes, da quantidade e complexidade das informações que se pretende transmitir.

O planejamento da devolução dos dados remete à consideração de alguns temas como:

- ❑ A criatividade do pesquisador na elaboração do encontro de devolução, de forma a propiciar uma condição favorável de comunicação dos resultados e de participação dos entrevistados.
- ❑ A possibilidade de utilização de recursos expressivos, além da exposição verbal, para informar os resultados da análise aos participantes.
- ❑ A devolução como uma oportunidade de desenvolvimento de consciência.
- ❑ A possibilidade de obtenção de mais informações sobre o fenômeno.
- ❑ A possibilidade de inclusão desse momento de pesquisa em todos os projetos realizados, desde que haja possibilidades materiais.

Palavras-chave: pesquisa qualitativa; prática reflexiva em pesquisa; pesquisa intervenção

BIBLIOGRAFIA:

- CHAMBERS, R. *Whose Reality Counts? Putting the first last*. London: Intermediate Technology Publications, 1997.
- CRITELLI, D.M. *Análítica do Sentido*. São Paulo: Educ, 1996
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.
- HEIDEGGER, M. *Introdução à Metafísica. (Preleção de 1935)* Tradução de Emmanuel Carneiro LEÃO. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1966.
- GLEISER, M. Um pouco sobre o céu. *Folha de São Paulo, Caderno Mais*, 09/11, São Paulo, 2003.
- GHON, M.G. *Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001
- GOMES-SZYMANSKI, H.. *Um Estudo sobre Significado de Família*. Tese de Doutorado não publicada. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1988

HERMANN N. *Hermenêutica e Educação*. Rio de Janeiro:DP&A, 2003
SILVA, C. *Relatório de pesquisa*. Brasília:FUNAI/UNESCO, 2003
SZYMANSKI, H. O psicodrama e o Trabalho com Famílias, In Puttini, E.F. e Lima, L.M. *Ações Educativas: vivências com psicodrama na prática pedagógica*.. São Paulo: Agora.,1997
SZYMANSKI, H. Entrevista Reflexiva: um olhar psicológico para a entrevista em pesquisa. *Psicologia da Educação: Revista do Programa de Estudos Pós Graduated em Psicologia da Educação da PUC/SP*. São Paulo, v. 10/11, 2001, p. 193-215.

Heloisa Szymanski
Email: hszymanski@uol.com.br